



“Uma peça muito preciosa de significado ainda desconhecido”: Decifrar o termo *gibanete*

“A very precious piece of yet unknown meaning”: Deciphering the term *gibanete*

António Conduto Oliveira¹

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
3004-531 Coimbra, Portugal

anton.stark.esq@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0631-0643>

Data recepção do artigo / Received for publication: 28 de Dezembro de 2020

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 12 de Novembro de 2021

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5155>

¹ Doutorando de História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, bolseiro FCT com a bolsa 2021.04826.BD.

RESUMO

Não obstante a frequência com que surge na documentação quatrocentista, o termo “gibanete” continua a ser vago e problemático. O objectivo deste artigo é definir com exactidão o que é um “gibanete”, as peças de armamento a que corresponde, e que implicações tem esta determinação para o estudo das protecções corporais no século XV em Portugal. Esta investigação terá por base fontes portuguesas dos séculos XIV a XVI, contrastadas com diversas fontes estrangeiras que permitam comparar a evolução destas peças em Portugal com as suas congéneres para lá das fronteiras do reino. Far-se-á também uso abundante de estudos contemporâneos portugueses e estrangeiros que permitam complementar, sistematizar e inserir esta peça no quadro geral do armamento português tardo-medieval e no contexto mais amplo do armamento tardo-medieval europeu.

Palavras-chave: gibanetes; Portugal; armamento; século XV; couraças.

ABSTRACT

In spite of the frequency with which it appears in 15th century documentation, the Portuguese term "gibanete" remains vague and problematic. The aim of this article is to define exactly what a "gibanete" is, what piece of armament it corresponds to, and what implications this definition might have for the study of military equipment in 15th century Portugal. This research will make use of both Portuguese and foreign sources from the 14th to 16th centuries, allowing us to compare how these pieces evolved in Portugal *vis-a-vis* their European counterparts. It will be complemented by contemporary Portuguese and foreign studies which will allow for systematising and sorting this piece in the general framework of late medieval Portuguese armaments and in the broader context of late medieval European armour.

Keywords: gibanetes; Portugal; 15th century; armament; breastplates.



É impossível estudar as fontes sobre o armamento quatrocentista em Portugal sem nos depararmos com o termo “gibanete” (ou, em grafia alternativa, “jubanete”). Em testamentos ou inventários, em ordenanças ou vereações, os “gibanetes” são uma presença constante na documentação do século XV. Ainda assim, apesar desta sua constância, não existe até hoje qualquer consenso sobre o que um “gibanete” é ou deixa de ser – não temos uma descrição morfológica exaustiva, um artefacto arqueológico ou uma representação visual que possamos apontar como correspondente à palavra. O objectivo deste ensaio é, portanto, recolher informações da documentação tardo-medieval portuguesa e estrangeira e procurar definir concretamente o que é um gibanete e em que moldes difere ou se assemelha a outras protecções de tronco suas contemporâneas².

1 – Definições Problemáticas

O que se avançou nesta breve introdução não significa que, ao longo dos anos, não se tenha tentado atingir uma definição concreta da palavra. Antes pelo contrário.

O primeiro dicionário da língua portuguesa, o *Vocabulario portuguez e latino* do Padre Raphael Bluteau³, não contém qualquer verbete explicativo para o termo “gibanete”, em qualquer das duas grafias; seria necessário aguardar pela versão aumentada de Antonio de Moraes Silva para obtermos: “GIBANETE, S. m. armadura, especie de peito de ferro. B. P.”⁴. Nove anos mais tarde, o *Elucidário* de Joaquim de Santa Rosa de Viterbo incluiria um verbete muito mais detalhado: “GIBANETE. Jibanete, e Jubanete. Piqueno gibão de aço, ou ferro”⁵, completo com um

² O presente artigo foi elaborado no âmbito do seminário de doutoramento em História Medieval “Novas Perspetivas em História Medieval II”, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Este seminário foi dirigido pela Prof. Doutora Leontina Ventura e pelo Prof. Doutor Saul António Gomes, aos quais deixo um sentido agradecimento.

³ BLUTEAU, Raphael (dir.) – *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1721.

⁴ BLUTEAU, Raphael (dir.) – *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Vol. I. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 659.

⁵ VITERBO, Joaquim Santa Rosa de – *Elucidario das palavras, termos e phrazes, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram*. Vol. II. Lisboa: Typographia Regia Silviana, 1798, pp. 20-21.

considerável rol de exemplos de uso. Este registo é, na sua essência, semelhante ao de Moraes Silva, com duas importantes diferenças: o manancial de abonações procedentes de documentação histórica do século XV, em particular de vereações da cidade do Porto, por um lado; por outro, Santa Rosa de Viterbo estabelece pela primeira vez uma ligação directa entre “gibanete”, a peça de armamento, e “gibão”, a peça de vestuário – ligação que, como mostrarei adiante, será essencial para compreendermos a especificidade do conceito.

A definição de Viterbo é novamente retomada, e expandida, pelo dicionário de Moraes na sua edição de 1831: “GIBANETE, s. m. armadura, especie de gibão de ferro. *B. Per. III*, 138, ou anta, em panno mui dobrado”⁶. O mistério adensa-se: para além do aço e do ferro, temos agora anta⁷ (a pele do animal, supõe-se) e pano dobrado, embora o verbete não deixe claro como se articulam estes diferentes materiais entre si. O *Novo dictionario da lingua portugueza* de Eduardo Augusto de Faria, publicado duas décadas mais tarde, acrescenta ainda a malha metálica à lista de potenciais materiais empregados no fabrico de um gibanete: “GIBANETE, s. m. *diminut.* de gibão, espécie de gibão de ferro, de malho, de anta, etc.”⁸. Desconhece-se em que se basearam estes diferentes lexicógrafos para tecerem estas adendas. O importante a reter é o facto de, de uma forma ou de outra, todos os subsequentes dicionários em língua portuguesa (portugueses e brasileiros) se terem baseado nestas definições para criarem os seus próprios verbetes – tanto na definição simples, de Moraes Silva e de Santa Rosa de Viterbo⁹, como na explanação mais complexa de Eduardo de

⁶ SILVA, Antonio de Moraes; VELHO, Theotonio José de Oliveira (dir.) – *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Régia, 1831, p. 89.

⁷ ALVES, José Adalberto Coelho (dir.) – *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Alfragide: LeYa, 2014, p. 222.

⁸ FARIA, Eduardo Augusto de – *Novo dictionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia lisbonense, 1849, p. 81.

⁹ A título de exemplo, o *Nôvo Dictionário da Língua Portuguêsa* de Cândido de Figueiredo: “Gibanête, m. (ant.) pequena coiraca de ferro ou de malha de aço (De *gibão*)”. In FIGUEIREDO, Cândido de – *Nôvo Dictionário da Língua Portuguêsa*. Vol. I. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão, 1899, p. 665.

Faria¹⁰. Ressalve-se que é de um termo exclusivamente português que aqui tratamos, sem paralelo para lá da raia¹¹.

Esta falta de consenso tem dado azo a algum caos entre estudiosos de todas as áreas, como seria de prever. Regra geral, a historiografia militar mais recente parece ter-se esquivado cautelosamente ao termo ou, das poucas vezes em que é forçada a confrontar-se com ele, seguido a definição de Santa Rosa de Viterbo. Veja-se, a título de exemplo, o glossário que integra o volume *Armeiros e Armazéns* de João Gouveia Monteiro, onde “jubanete” surge definido como “pequeno gibão de aço, ou de ferro”¹², definição reutilizada por Paulo Jorge Simões Agostinho na sua análise do armamento na cronística de Quatrocentos¹³. Casos também houve e há em que o estudioso decidiu, sem se saber bem como, ignorar os dicionários e inventar a sua própria definição de gibanete: José de Figueiredo furtou-se à conotação bélica do termo, afirmando que “No «painel dos cavalleiros» [dos Painéis de São Vicente], os tons são cantantes e a symphonia começa pela nota, simultaneamente luminosa e surda, mas nem por isso menos rica, do saio e *gibanete de panno arroxeadado* que veste o velho do primeiro plano (...)”¹⁴; enquanto Augusto Cardoso Pinto opinava que um gibanete seria uma “(...) couraça curta de couro, guarnecido de tachas que chegava

¹⁰ Caso, por exemplo, do *Dicionário Aulete*: “s. m. || (ant.) armadura antiga, couraça curta de ferro ou malha de aço” em Gibanete [Def. 1]. (n.d.). In *Dicionário Caldas Aulete Digital* [Em linha]. Lexikon Editora Digital. [Consultado a 20 Outubro de 2020]. Disponível em <http://www.aulete.com.br/gibanete>; e do *Dicionário Priberam*: “Antiga veste defensiva de ferro, de malha de aço, anta ou de pano encorpado e dobrado”, em Gibanete [Def. 1]. (n.d.), in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [Em linha]. Priberam Informática, S.A. [Consultado a 20 Outubro de 2020]. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/gibanete>.

¹¹ A consulta do *Tesoro de la lengua castellana, o española* (1611) e de várias edições do *Diccionario de la lengua española* da Real Academia Española (1817, 1884, 2001 e 2019) não acusou a existência de *gibanetes* ou *jubanetes* em qualquer variação. O verbete “jubanete” no glossário do *Catálogo de la Real Armería* de 1849 e “jibanete” no *Glosario de voces de armería* de Enrique de Leguina são, tanto quanto me foi possível apurar, as únicas instâncias do termo em obras de referência castelhanas – a segunda cópia da primeira – e nada mais são que traduções da definição e dos exemplos apresentados por Santa Rosa de Viterbo, confirmando assim o “portuguesismo” da palavra. Veja-se MARTÍNEZ DEL ROMERO, Antonio – “Glosario compuesto de varias palabras cuya esplicación es necesaria para la inteligencia del Catálogo”. In MARCHESI, Jose Maria (ed.) – *Catálogo de la Real Armería*. Madrid: Aguado, 1849, p. 263; e LEGUINA, Enrique de (dir.) – *Glosario de voces de armería*. Madrid: Librería de Felipe Rodríguez, 1912, p. 574. Ressalve-se no entanto uma peça castelhana com uma origem etimológica à primeira vista próxima, o “jubete”, explanada adiante na nota 24.

¹² MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns nos Finais da Idade Média*. Viseu: Palimage Editores, 2001, p. 83.

¹³ AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de quatrocentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 99-100.

¹⁴ FIGUEIREDO, José de – *O Pintor Nuno Gonçalves*. Lisboa: Typ. do Annuário Commercial, 1910, p. 91.

só até à cinta”¹⁵ (noção na qual José de Oliveira Simões mais tarde se baseou na sua análise das armas n’*Os Lusíadas*¹⁶). *Abundans cautela non nocet*: ante tanta definição e tanta incerteza, não é de admirar que Isabel dos Guimarães Sá e Hélder Carvalhal tenham, num estudo sobre as contas da Casa do Condestável D. Afonso, descrito o gibanete como “uma peça muito preciosa de significado ainda desconhecido”¹⁷.

2 - O Gibanete de D. Afonso: Um Caso de Estudo

Não obstante a nebulosidade do termo, são essas mesmas contas da casa de D. Afonso¹⁸ que nos oferecem uma das mais úteis descrições de um gibanete. Por entre a desordenação de itens de contabilidade pode ler-se, no fólio 97: “Item pagou o dito tesoureiro por uma cravação dourado [*sic*] para o gibanete de veludo carmesim mil e trezentos reais – 1300 reais”. Um pouco adiante, no fólio 101: “Item pagou o dito tesoureiro ao bate folha de bater dois cruzados e meio cem reais a quarenta reais cada cruzado os quais eram para dourar as *naminas*¹⁹ [*sic*] do gibanete do dito senhor – 100 reais”²⁰.

Que informações podemos daqui retirar? *Primo*, o facto de um gibanete implicar uma grande quantidade de cravação em pano. A cravação – a fixação de peças de metal a outras peças metálicas e/ou a forros de pano ou couro mediante cravos – é

¹⁵ PINTO, Augusto Cardoso – *A Guarda Del Rei Dom João II*. Lisboa: s.n., 1930, p. 28.

¹⁶ SIMÕES, José de Oliveira – *As Armas nos Lusíadas*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 114.

¹⁷ No original, “a very precious piece of yet unknown meaning”. Em CARVALHAL, Hélder; SÁ, Isabel dos Guimarães – “The world of constable D. Afonso (c. 1480-1504): glimpses of Portuguese dynastic politics, noble household and material culture”. *Portuguese Studies Review* 21/1 (2013), p. 164. Isabel dos Guimarães Sá e Hélder Carvalhal apontam em nota de rodapé para uma definição de jubanete como “small metal doublet”, dada por Annemarie Jordan em JORDAN, Annemarie – *The development of Catherine of Austria’s collection in the Queen’s household: its character and cost*. Michigan: Ann Arbor, 1994, p. 435, sem dúvida uma aceitação acrítica da definição tradicional avançada por Santa Rosa de Viterbo.

¹⁸ Datadas pelos mesmos académicos como respeitantes aos anos de 1500-1502, ou seja, feitas ainda em vida de D. Afonso. Veja-se CARVALHAL, Hélder; SÁ, Isabel dos Guimarães – “Knightly Masculinity, Court Games and Material Culture in Late-medieval Portugal: The Case of Constable Afonso (c.1480-1504)”. *Gender & History* 28/2 (2016), p. 389.

¹⁹ Isabel dos Guimarães Sá e Hélder Carvalhal interpretaram este “naminas” como *nóminas*, no sentido de “prego dourado”. Concordo inteiramente com esta interpretação, dado o conteúdo do fólio 97. CARVALHAL, Hélder; SÁ, Isabel dos Guimarães – “The world of constable D. Afonso (c. 1480-1504): glimpses of Portuguese dynastic politics, noble household and material culture”, p. 164.

²⁰ Os dois fólhos em questão são parte integrante de um conjunto de fólhos dispersos das contas da casa do Condestável, agrupados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo sob a referência *Contos do Reino e da Casa, Núcleo Antigo 798* (Lisboa, Torre do Tombo, *Contos do Reino e da Casa, Núcleo Antigo*, 798). Agradeço à Doutora Isabel dos Guimarães Sá a transcrição das passagens relevantes.

um dos métodos essenciais da produção de armamentos medievais²¹ (que requer alguma necessidade de especialização²²). Assim nos mostram documentos como a carta de privilégio dada ao latoeiro João Martins, “mestre de fazer gibanetes e crauações pera armas e pera gibanetes e arreos pera cauallos”²³. Para além da sua função mecânica (assegurar a união de dois elementos), os cravos tinham também uma potencial função decorativa, como se pode ver pela quantidade de ouro gasta nos cravos do gibanete do Condestável, ou nos “(...) *gibanetes de crauaçam dourada sobre brocado* (...)” que Afonso de Albuquerque manda enviar de presente ao Xá Ismail da Pérsia em 1515, entre vários outros objectos²⁴.

Secundo, o revestimento em tecido do gibanete. Não são apenas as muitas referências a forros de pano de que dispomos – os veludos e os brocados supramencionados – que revelam a habitual necessidade de costura das peças; não há margem etimológica para dúvidas de que era ao *gibão* ou jubão que o gibanete ia pedir de empréstimo o seu aspecto²⁵. O gibão, peça de roupa surgida em finais do

²¹ Todas as peças com componentes móveis ou flexíveis usariam os cravos como ponto de fixação ou de articulação. Veja-se GOLL, Matthias – *Iron Documents: Interdisciplinary studies on the technology of late medieval European plate armour production between 1350 and 1500*. Heidelberg: Universitätsbibliothek Heidelberg, 2013. Tese de Doutoramento, pp. 89-91; WILLIAMS, Alan – *The Knight and the Blast Furnace: A History of the Metallurgy of Armour in the Middle Ages & the Early Modern Period*. Leiden: Brill, 2003, pp. 54-55, p. 879.

²² GOLL, Matthias – *Iron Documents*, p. 95; PRICE, Brian R. – *Techniques of Medieval Armour Reproduction*. Boulder: Paladin Press, 2000, p. 209.

²³ Em carta de Afonso V, passada a 15 de Julho de 1476 (Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 7, fol. 32). In VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *A armaria em Portugal: notícia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1907, pp. 123-124.

²⁴ GÓIS, Damião de – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Braga: Edições Vercial, 2014, cap. IX, p. 645.

²⁵ Poder-se-ia considerar a mesma raiz etimológica ou similar na origem do termo “jubete” em Castela. De acordo com várias fontes elencadas por Josefa Abreu em “Estudio léxico de un documento medieval castellano ordenamiento de trabajos y precios”, bem como de acordo com o *Léxico del comercio medieval en Aragón (siglo XV)*, entende-se por jubete (do Árabe *chubba*, “colete”) um “colete cubierto de malla de hierro que usaron los soldados españoles hasta fines del siglo XV” (MENDONZA ABREU, Josefa Maria– “Estudio léxico de un documento medieval castellano ordenamiento de trabajos y precios”. *Philologia hispalensis* 4/2 (1989), pp. 531-532, e LÍBANO ZUMALACÁRREGUI, Ángeles; SESMA MUÑOZ, José Ángel – *Léxico del comercio medieval en Aragón (siglo XV)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1982, p. 232). Contudo, a menção retirada por Josefa Abreu dos documentos de Cortes castelhanas de 1351 por si estudados equipara “jubetes de armas” a “gambaxes”, ou seja, a cambais – peças de vestuário acolchoadas usadas debaixo ou por cima de outros armamentos ou, quando grossas o suficiente, por si mesmas (veja-se a este respeito, por exemplo, MARTINS, Miguel Gomes – *A arte da guerra em Portugal: 1245 a 1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp. 232-233). Esta menção, bem como as restantes fontes apresentadas, parece indicar que o jubete é apenas uma peça de roupa de armar frequentemente envergada em conjunto com malha metálica, e não uma peça de armamento de direito próprio constituída por malha metálica agregada a uma base têxtil, como seria de supor pela definição

século XIV e indispensável da indumentária masculina do século XV²⁶, consistia numa espécie de casaco curto que cobria o corpo masculino do pescoço até ao topo das ancas²⁷ (Fig. 1). Apertava-se à frente com cordões, bem justo à cintura (natural) por forma a criar uma silhueta em X²⁸; comportava mangas e colarinho, de feições variáveis segundo a moda da época e da região²⁹. À excepção das mangas, portanto, infere-se que não haveria grande diferença externa entre gibões e gibanetes, conquanto os gibanetes estivessem repletos de cravos.



Fig. 1 – Gibão de estilo borgonhês, com ombros abalonados. Pormenor de Dieric Bouts, o Velho, *A Execução do Conde Inocente*, 1473-1475, óleo sobre carvalho, 182 x 324,5 cm. © Royal Museums of Fine Arts of Belgium, Brussels/ Johan Geleys - Ro scan [Em linha]. [Consultado a 8 de Junho de 2021]. Disponível em <https://artsandculture.google.com/asset/justice-of-emperor-otto-iii-beheading-of-the-innocent-count-and-ordeal-by-fire-dirk-bouts/5AGtQbEd3j5HnA> .

apresentada. É possível que estes jubetes fossem sinónimos do *jack* inglês e se assemelhassem ao chamado *Rothwell Jack*, uma peça de armar têxtil em forma de colete datada de finais do século XIV (COATSWORTH, Elizabeth; OWEN-CROCKER, Gale – *Clothing the Past: Surviving Garments from Early Medieval to Early Modern Western Europe*. Leiden: Brill, 2018, p. 253). O facto de estes “jubetes” serem bastante precoces em relação à concepção e uso disseminado do gibão/*jubón* civil curto e cintado, que só começará a ter efeito em finais de século XIV, também contraria esta sua origem. Podemos estar perante um fenómeno de convergência linguística.

²⁶ MARQUES, António H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa – Aspectos do Quotidiano*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, pp. 60-61.

²⁷ REED, Susan D. – *15th Century Men’s Doublets: An Overview* [Em linha]. 27 de Julho de 2004. [Consultado a 20 Outubro de 2020]. Disponível em <http://www.nachtanz.org/SReed/doublets.html>.

²⁸ MARQUES, António H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*, p. 72.

²⁹ “Sleeves, collars, skirts, and fastening arrangements were greatly varied throughout the 15th century. Some of the variations were more often found in one geographic region than in others”. Em REED, Susan D. – *15th Century Men’s Doublets*; veja-se também MARQUES, António H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*, p. 61.

Relativamente à sua estrutura interior, o gibanete de D. Afonso nada nos diz. Podemos, no entanto, tirar ilações a partir de outros documentos. Na carta de quitação do Arsenal Régio de Lisboa, de 1455³⁰ encontramos menções a “restes para jubanetes e soyilhas”³¹. O riste, um pequeno gancho saliente para encaixe da lança em cargas de cavalaria³², encontra-se sempre associado a uma placa metálica – seja um peito de couraça, inteiro, ou uma placa individual larga sobre os peitorais – que permite uma sólida ancoragem da lança junto ao corpo e a dispersão da força de impacto do golpe³³. Dificilmente os gibanetes teriam peitos inteiros em chapa metálica: olhemos novamente para a carta de quitação, e a distinção clara que faz entre os “arneses de almazem”³⁴ de chapa inteira (e as suas muitas componentes individuais) e “jubanetes”³⁵ – a mesma que encontramos noutra documentação ao longo do século³⁶. Restam, portanto, as placas individuais, das quais vários espécimes arqueológicos dos quais ainda nos chegaram (Fig. 2)³⁷. Estas placas não seriam usadas sozinhas no interior do gibanete; fariam parte de conjuntos de placas e de lâminas imbricadas, cravejadas entre si num todo coeso. Corrobora-se assim a descrição que Santa Rosa de Viterbo faz dos gibanetes: um gibão *forrado a* (e não *de*) ferro. A carta indica-nos ainda que o gibanete poderia comportar mangotes³⁸,

³⁰ Transcrita integralmente em MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns*, pp. 61-80.

³¹ Segundo a carta, o almoxarife do arsenal, Gonçalo Afonso, “recebeo de restos para jubanetes e soyilhas nichil e despenceo XXVI peças estanhadas”. MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns*, p. 78.

³² MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, p. 430.

³³ Sobre o funcionamento do riste e a sua importância na guerra e em desportos de combate, veja-se CAPWELL, Tobias – *Arms and Armour of the Medieval Joust*. Leeds: Royal Armouries Museum, 2018, pp. 50-52.

³⁴ MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns*, p. 62.

³⁵ MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns*, p. 72.

³⁶ Por exemplo: “E por eles asy serem presos ficaram os lavradores postos em *gibanetes e arneses* e bestas de guarrucha e outras armas que nam mereciam com grande parte” (Capítulos da Justiça das Cortes de 1472-1473, cap. 74, fol. 103v). Em DIAS, Diogo José Teixeira – *As Cortes de Coimbra e Évora de 1472-73 - Subsídios para o estudo da política parlamentar portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Dissertação de Mestrado, p. 204. Semelhante distinção na documentação encontramos entre os próprios armeiros “de fazer gibanetes” e os armeiros de “armas brancas”, ou seja, de chapa de aço – veja-se RIBEIRO, João Pedro – *Índice Chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no archivo da illustrissima camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1951, p. 207; ou CHAVES, Álvaro de – *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Ed. Anastásia Mestrinho Salgado; Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, pp. 272-273.

³⁷ LACY, Michael S. – *The Development of the Coat of Plates: The Evolution of Cloth-covered Armour, 1250-1500*. S.l.: Society for Creative Anachronism, 1993, pp. 43-44.

³⁸ Uma peça de protecção do topo do braço, correspondendo quase a uma moderna manga curta.

quase certamente com alguma espécie de reforço interno em metal³⁹ – embora sem qualquer detalhe relativo à sua construção.



Fig. 2 – Placa de peito, com cravos e encaixe para riste, achada na ilha grega de Cálcis (n.º inv. 29.150.99), c. 1450. © Met Museum [Em linha]. [Consultado a 8 de Junho de 2021]. Disponível em <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/23152>.

Tertio, custo. Em 1485,

“ (...) querendo el-rei [D. João II] armar e prover seus vassallos e naturais das armas e coisas em que sentiu que havia mingua e necessidade, mandou fazer e trazer de fora à sua custa muitas lanças compridas e um *grande numero de jubanetes de muitas sortes* e as mandou lançar pelo reino, segundo cada um merecia, e pela paga do preço delas, deu el-rei a todos uma conveniente espera em que se pagaram”⁴⁰.

Não é despiciente o compasso de espera necessário ao pagamento destes gibanetes. Por mais habituais que estas peças parecessem ter sido nos arsenais públicos e privados do reino, não saíam exactamente baratas ao potencial comprador. Segundo dados recolhidos por António de Oliveira Marques, por exemplo, um gibanete com

³⁹ A carta inclui menção de uma grande quantidade de mangotes soltos, para além de um mangote associado ao único gibanete (“jubanete”) listado. MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns*, p. 73.

⁴⁰ PINA, Rui de – *Crónica de D. João II*. Ed. de Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, cap. XX, p. 51.

capacete e babeira (uma fórmula prescritiva comum na documentação da época⁴¹) abriria um rombo de 1000 reais no orçamento de um acontiado em 1475⁴²; quatro anos mais tarde, em Braga, o mesmo valor já só cobria o gibanete⁴³. Face a isto, alguma razão teria o povo para se queixar, nas cortes de 1498, da “oppersaõ” da Coroa em obrigar à aquisição de gibanetes pelas gentes do reino⁴⁴. E logo estes, que seriam gibanetes sem grandes labores, provavelmente elaborados em couros ou tecidos menos nobres (fustões, por exemplo) que sabemos serem empregados para forro de outras peças tardo-medievais⁴⁵. Afinal de contas, só no processo de douragem dos cravos e subsequente cravação do gibanete do Condestável em 1500 despendeu-se mais do que o necessário à aquisição de um gibanete, capacete e babeira duas décadas antes.

Todos os aspectos mencionados – materiais, embelezamentos, custo – ajudam a explicar o elevado estatuto de que pelo menos alguns gibanetes, como o de D. Afonso, gozariam. De outro modo, dificilmente se compreenderiam os gestos de D. Duarte de Meneses para com o rei de Fez, ao ofertar “huum gibanete muy boo e huma cellada e duas lanças. todo muyto bem e muyto ricamente guarnido”⁴⁶, ou o já referido presente diplomático de D. Afonso de Albuquerque a uma potestade estrangeira.

⁴¹ Para além de várias outras fontes que mencionarei ao longo deste ensaio, tomemos a título de exemplo os “quinze gibanetes compridos com faldras e gocetes capacetes e babeiras e guarnições de braços e coixotes” listados nas Visitações da Ordem de Santiago ao Castelo de Sesimbra, de 1488-1492. Veja-se CONCEIÇÃO, Cristina; VENTURA, João – “Visitações da Ordem de Santiago a Sesimbra (1488-1492)”. *Akra Barbarion* 4 (2020), p. 57.

⁴² MARQUES, António H. de Oliveira – “A Arte da Guerra”. In MARQUES, António H. de Oliveira – *Nova História de Portugal*. Vol. IV. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Dir. António H. de Oliveira e Joel Serrão. Lisboa: Editorial Presença, 1987, pp. 340-341.

⁴³ FERREIRA, Sérgio – *Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. Dissertação de Mestrado, p. 204.

⁴⁴ Uma consequência de políticas que já vinham de trás, iniciadas em 1485: respondeu D. Manuel “que como quer que esto assi tevessemos mandado fazer por bem, e deffçam de nossos Regnos e ser jaa assi primeiramente por EIRey meu Snñr., e Primo, que Deos aja”, antes de aceder aos pedidos do povo (Cortes de 1498, cap. XXIII, fol. X). In BARROS E SOUSA, Manuel Francisco de – *Memórias e Alguns Documentos para a História e Teoria das Côrtes Geraes*. Lisboa: Imprensa Regia, 1827, pp. 276-277.

⁴⁵ Como no caso dos loudéis: “Devido à sua robustez, o fustão era aplicado sobretudo em gibões e loudéis (...)”, em SEQUEIRA, Joana – *O Pano da Terra: Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*. Porto: Universidade do Porto Edições, 2014, p. 223.

⁴⁶ ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Braga: Edições Vercial, 2012, p. 314.

Em resumo: de acordo com as fontes históricas e com as indicações lexicográficas, podemos afirmar que, no seu cômputo geral, um gibanete:

- é uma peça assemelhada em formato e dimensões (e provavelmente em construção externa, no que toca a costuras) a um gibão;
- possui um forro exterior de couro ou de tecido (de vários tipos) e um revestimento interior de placas ou lâminas de aço ou ferro (podendo ou não comportar também secções de malha metálica), fixo ao forro exterior através de cravos;
- se pode apresentar mais ou menos ornado, com materiais mais rudimentares ou mais dispendiosos;
- se encontra amplamente disseminado em vários estratos sociais, desde os acontados às elites.

Estamos, portanto, ante uma peça segmentada de protecção de tronco, com um forro exterior em materiais orgânicos e um forro interior de placas metálicas. E isto levanta-nos alguns problemas de sistematização.

3 - O Desenvolvimento das Protecções Segmentadas na Europa e em Portugal

Para compreendermos o porquê destes problemas, é necessário lançarmos um olhar breve para a evolução histórica deste tipo de peças. As defesas de tronco segmentadas – entenda-se peças de tecido ou couro reforçadas (geralmente) com placas metálicas de dimensão variável – surgem na Europa algures durante a primeira metade do século XIII⁴⁷, provavelmente em resposta ao impacto cada vez maior da cavalaria pesada e de armas de tiro mais eficazes (em particular as bestas)⁴⁸. Logo na sua origem temos dois tipos de designação para o que se supõe ser o mesmo objecto, que até hoje permanecem difíceis de destringir: temos peças feitas quase certamente de couro fervido, ou *cuir bouilli*⁴⁹ – *cuiries* (em Francês e Inglês)⁵⁰, *coiraças* (em Provençal)⁵¹, *cuyraces* (em Catalão)⁵² – que podiam ou não

⁴⁷ VIGNOLA, Marco – “Armamenti corazzati e archeologia: spunti per uno studio interdisciplinare. Il caso dell’Italia e dei contesti friulani”. *Quaderni Civildalesi* 30 (2008), p. 143.

⁴⁸ DOWEN, Keith – “The Introduction and Development of Plate Armour in Medieval Western Europe c. 1250-1350”. *Fasciculi Archaeologiae Historicae* XXX (2017), p. 23.

⁴⁹ MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal*, pp. 430, 537-538.

⁵⁰ BLAIR, Claude – *European Armour: circa 1066 to 1700*. 2ª ed. London: B. T. Batsford Ltd., 1972, p. 38.

⁵¹ RIQUER, Martí de – *L’Arnès del Cavaller*. Barcelona: La Magrana, 2011, p. 98.

⁵² RIQUER, Martí de – *L’Arnès*, p. 98.

comportar uma placa de peito e uma para as costas, e também lâminas de reforço interno⁵³; e temos sobrevestes de tecido ou de couro (não fervido) forradas com largas placas de ferro ou aço – *plates* ou *pair of plates* ou *coat of plates* (em Inglês)⁵⁴, *cote a plates* (em Francês)⁵⁵, *fojas* (em Castelhana)⁵⁶. Tal como Martí de Riquer⁵⁷, assumo ambos os conjuntos de termos como sinónimos.

Tenham a designação que tenham, o primeiro exemplo visual reconhecido destas protecções segmentadas é uma estátua de São Maurício na Catedral de Magdeburgo, datada da segunda metade do século XIII⁵⁸. O santo enverga o que parece ser um longo avental de pano ou couro (a sobreveste), cravado com rebites de grande dimensão que atestam a presença de placas largas sobre o peito, dispostas na horizontal. Protecção algo rudimentar e experimental que é, este tipo de defesa apresenta um perfil quase tubular em volta do tronco do guerreiro, resultado das dimensões das suas lâminas constituintes. Este “refined textile «vest» lined with riveted metal plates (...) of various sizes and various numbers in a given piece, aligned horizontally or vertically”⁵⁹ dissemina-se por toda a Europa ao longo do século XIII e até inícios do século XIV⁶⁰. Até meados de Trezentos, complementado por placas mais longas, o *coat of plates* é o principal elemento de defesa tanto de cavaleiros como de peões⁶¹ (Fig. 3).

A partir desta data, o desenvolvimento deste tipo de peças parece efectuar-se em duas linhas diferentes em simultâneo – uma, um processo de união ou junção das diferentes placas; outra, uma de fragmentação.

⁵³ BLAIR, Claude – *European Armour*, p. 38; DOWEN, Keith – “The Introduction and Development”, p. 24.

⁵⁴ BLAIR, Claude – *European Armour*, pp. 40-41; LACY, Michael S. – *The Development of the Coat of Plates*, p. 16.

⁵⁵ LACY, Michael S. – *The Development of the Coat of Plates*, p. 16.

⁵⁶ RIQUER, Martí de – *L’Arnès*, p. 98.

⁵⁷ RIQUER, Martí de – *L’Arnès*, p. 116.

⁵⁸ BLAIR, Claude – *European Armour*, pp. 39-41; LACY, Michael S. – *The Development of the Coat of Plates*, pp. 14-15.

⁵⁹ GLINIANOWICZ, Marcin – “The Brigandine From The Polish Army Museum In Warsaw – Some Thoughts About Its Provenance And Chronology”. In MAREK, Lech (ed.) – *Weapons bring peace? Warfare in medieval and early modern Europe*. Wrocław: Wroclavia antiqua, 2013, p. 166.

⁶⁰ BLAIR, Claude – *European Armour*, p. 40.

⁶¹ Exemplo da sua popularidade entre a peonagem são os muitos *coats of plates* – 48, no total - da milícia da Gotlândia, encontrados no sítio da batalha de Visby, na Suécia, em 1361. Apresentam várias tipologias, algumas bastante antiquadas à época da batalha. Sobre estes achados, veja-se THORDEMAN, Bengt – *Armour from the Battle of Wisby, 1361*. Wheaton: The Chivalry Bookshelf, 2001 (reedição conjunta dos volumes 1 e 2 da edição original de 1939 e 1940, respectivamente).

O processo de junção das várias placas constituintes do *coat of plates*⁶², que atravessou todo o século XIV, culminou na criação de defesas com peitos formados de uma única chapa de ferro ou aço coberta por tecido, complementadas por fraldões de lâminas cravadas em tecido e espaldares feitos de várias placas metálicas⁶³. São estes peitos “ocultos”, muitas vezes cobertos de cravos decorativos, que resultam nos arneses integrais de chapa polida de finais do século XIV em diante.

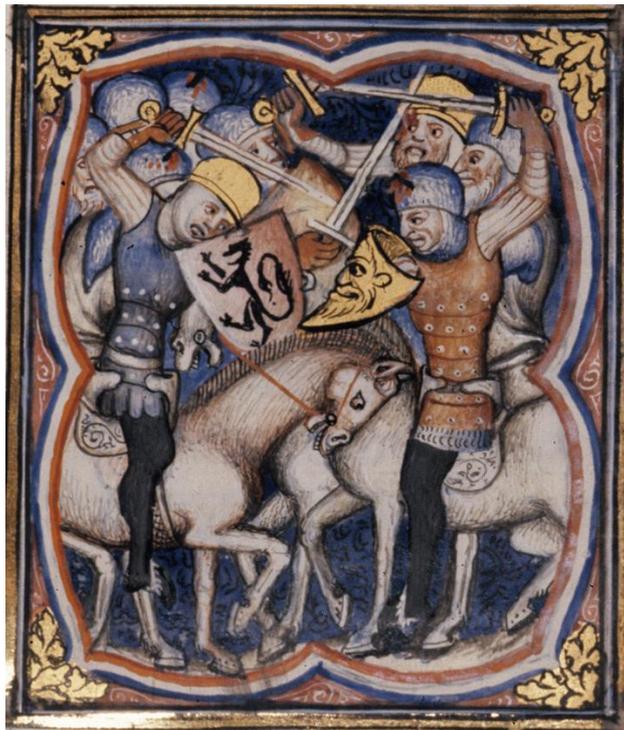


Fig. 3 - Dois guerreiros em combate, envergando *coats of plates*, 1357. © British Library Board (fol.111 of Royal 17 E VII) [Em linha]. [Consultado a 8 de Junho de 2021].

Disponível em

<http://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/ILLUMINBig.ASP?size=big&IIID=42181> (permissão para reprodução obtida pelo autor do artigo em 05/03/2021).

A segunda linha de desenvolvimento, mais importante para este estudo, reduziu em dimensão e aumentou em número as placas cravadas ao forro de tecido ou de couro do *coat of plates*. Estas “novas” defesas surgidas em finais do século XIV, a que a documentação italiana da época chamou *corazzina*⁶⁴ e a inglesa e francesa

⁶² Por uma questão de conveniência, adopta-se como preferencial a designação inglesa do objecto, mais disseminada internacionalmente.

⁶³ LACY, Michael S. – *The Development of the Coat of Plates*, pp. 32-36.

⁶⁴ SCALINI, Mario – “Corazzine e bacinetti dalla Rocca di Campiglia”. in BIANCHI, Giovanna (ed.) - *Campiglia. Un castello e il suo territorio*. Firenze: All’Insegna del Giglio s.a.s., 2003, p. 385. É necessário

brygandine ou *brigandine*⁶⁵, articulavam já algumas placas de média dimensão de recorte anatomizado (placas largas para cobrir os peitorais, por exemplo, ou placas trapezoidais para o topo da espinha) com placas menores ou até outros materiais (como a malha metálica⁶⁶) para criar defesas de protecção completas do tronco (Fig. 4). Estas peças eram menores em dimensão que os longos *coats of plates*, muito mais justas ao corpo e muito mais flexíveis, razão pela qual rapidamente os substituíram⁶⁷. Mantinham-se ainda afiveladas lateralmente ou atrás, embora algumas se apertassem também à frente.

ressalvar que, em várias instâncias, incluindo algumas menções coevas, *corazzina* designava também os conjuntos de peitos de peça única cobertos de tecido a que se fez referência supra.

⁶⁵ O inventário de 1397 do Duque de Gloucester, por exemplo, é uma das primeiras e mais importantes instâncias da entrada em cena desta nova tipologia: lista dezenas de peças de armamento, incluindo vários “peir de plates” e “peir briganter”. Os dois tipos de peça são descritos de forma semelhante, forrados de tecidos variados, sem que, no entanto, se aprofunde a diferença entre um tipo de peça e o outro. Veja-se VISCOUNT DILLON; HOPE, William St. John – “Inventory of the Goods and Chattels belonging to Thomas, Duke of Gloucester, and Seized in his Castle at Pleshy, Co. Essex, 21 Richard II. (1397); with their Values, as shown in the Escheator’s Accounts”. *The Archaeological Journal* 54 (1897), pp. 305-306.

⁶⁶ Um bom exemplo das quais talvez seja a *corazzina* que se guarda no Castello Sforzesco, em Milão, que incorpora nas suas duas metades (peito e espaldar) duas larga placas centrais, pequenas lâminas subsidiárias sob as axilas, e um preenchimento de malha metálica em todas as demais áreas. Sobre esta peça, veja-se BOCCIA, Lionello Giorgio – *L’armeria del Museo Civico Medievale di Bologna*. Busto Arsizio: Bramante Editrice, 1991, pp. 42-43 ou VIGNOLA, Marco – *Armature e armorari nella Milano medievale: storia di famiglie, signa, magli e acciaio*. Alessandria: Edizioni dell’Orso, 2017, p. 198. Necessário é ressaltar que o fraldão fendado a meio em vez de uno (criando proto-escarcelas integrais à peça), a disposição dos cravos de fixação e a presença de um colarinho de pano parecem apontar para uma cronologia substancialmente mais tardia (finais de século XV ou primeiro quartel de XVI) que a assinalada por estes autores.

⁶⁷ LA ROCCA, Donald J. – *How to Read European Armor*. New York: Metropolitan Museum of Art, 2017, p. 14. Fenómeno paralelo a este desenvolvimento das protecções de placas segmentadas é o da criação de peças de base têxtil com pequenas placas ou segmentos de metal cosidos, e não cravados, entre as camadas de tecido. São exemplo disto as espaldeiras/*espalderas/espalleres* do século XIV na Península Ibérica (RIQUER, Martí de – *L’Arnès*, pp. 108-116) ou, mais tarde, os *jack-of-plates* (uma derivação dos *jacks* mencionados na nota 24) do século XV, “which consisted of many small plates of iron or horn secured between layers of canvas by a trellis-work of stitches” (BLAIR, Claude – *European Armour*, p. 118). Constituem, no entanto, uma tipologia de defesas à parte e substancialmente diferente, que não se inclui no objecto de estudo deste ensaio.



Fig. 4 – Vista interior de coat of plates ou corazzina, achada na ilha grega de Cálcis (n.º inv. 29.150.105), 1400. © Met Museum [Em linha]. [Consultado a 8 de Junho de 2021]. Disponível em <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/34331n>.

Ao longo dos séculos XV e XVI, estas peças alteram-se novamente. Diminui novamente o tamanho das lâminas destas peças, o que implica obrigatoriamente ainda maior número para cobrir todo o tronco. Na segunda metade do século XV já estas peças se encontram repletas de filas de dezenas (às vezes centenas) de pequenas lâminas. A incómoda afivelação traseira dá geralmente lugar à comodidade das fivelas ou atacas dianteiras, em imitação do gibão civil – ao qual, de resto, se assemelham a todos os níveis⁶⁸ (Fig. 5). São designadas estas peças ainda como *brigandine* (em Inglês e Francês), ou já com o novo termo *brigantina* (em Italiano)⁶⁹.

Podemos distinguir então três tipologias gerais de protecção segmentada na Europa medieva:

- “aventais” ou sobrevestes de tecido ou couro, relativamente tubulares, fechados nas costas, forrados com poucas lâminas metálicas de relativamente grande dimensão dispostas na vertical ou na horizontal – usadas desde inícios do século XIII a finais do século XIV (*cuirie* ou *coat of plates*);

⁶⁸ LA ROCCA, Donald J. – *How to Read*, p. 14.

⁶⁹ BLAIR, Claude – *European Armour*, pp. 58-59; SCALINI, Mario – “Corazzine e bacinetti”, p. 385.

- peças com forro exterior em tecido ou couro com uma boa quantidade de lâminas de dimensão média e recorte anatomizado, em conjunto com lâminas mais pequenas ou malha de aço – usadas desde meados do século XIV até data incerta do século XV (*corazzina*; *brigandine* de Tipo 1, primitiva);
- peças cintadas com forro exterior de tecido ou couro, com grande número de reduzidíssimas lâminas metálicas, fechadas geralmente à frente – usadas desde pelo menos meados do século XV até inícios do século XVII (*brigandine* de Tipo 2, consolidada)⁷⁰.



Fig. 5 – Vista interior de uma *brigandine*, com placas de aço montadas em suporte têxtil (n.º inv. III.1664), 1470. © Royal Armouries [Em linha]. [Consultado a 8 de Junho de 2021]. Disponível em <https://collections.royalarmouries.org/object/rac-object-1289.html>

Este processo “evolutivo” não foi, claro está, absolutamente linear, nem estas tipologias são tão estanques quanto se desejaria. Foram (como de resto toda a evolução dos armamentos na Idade Média o foi) resultado da experimentação dos armeiros; e a invenção de uma nova tipologia não obrigou ao desuso imediato das tipologias já existentes – que foram sendo gradualmente suplantadas de acordo com as necessidades da guerra e as modas.

⁷⁰ Esta divisão entre dois tipos de *brigandine*, feita a partir da historiografia italiana, é aqui contextual e da minha responsabilidade; a historiografia em língua inglesa não opera qualquer distinção formal, terminológica ou tipológica, entre tipos ou estágios de desenvolvimento das *brigandines*.

Ora, sabendo o processo de evolução destas defesas no resto da Europa – do objecto em si, e das suas diferentes designações –, será que se verifica o mesmo processo em Portugal? Por bandas lusas, a mais antiga menção que temos a respeito de protecções segmentadas – denominadas *solhas* ou *corpos de solhas* – data de inícios do século XIV⁷¹, embora seja mais do que provável a sua existência em terras de Portugal pelo menos desde finais do século XIII. Sabemos (não obstante a falta de vestígios arqueológicos) como se constituem por dentro – com lâminas metálicas⁷² – e por fora – com forros de tecido ou couro⁷³ –, o que nos permite afirmar com elevadíssimo grau de certeza que correspondem às *fojas* castelhanas, às *cuirasses* francesas, aos *coats of plates* ingleses.

No que toca a algo comparável a *corazzinas* ou *brigandines* primitivas, no entanto, a documentação portuguesa é muda. Entre finais do século XIV e o primeiro quartel do século XV, o período em que a documentação estrangeira dá conta da nova tipologia *corazzina/brigandine*, a documentação portuguesa continua a reportar-se apenas e só a “solhas”⁷⁴. Tratar-se-ia aqui de algum atraso na modernização do equipamento militar em Portugal? Muito dificilmente. Sabemos que este período correspondeu, aliás, a uma renovação do nosso arsenal, consequência necessária

⁷¹ São as várias solhas listadas no testamento de Estêvão da Guarda, figura notável do século XIV (Lisboa, Torre do Tombo, *S. Vicente de Fora, 2ª Inc.* caixa 6, doc. 25), segundo se indica em MARTINS, Miguel Gomes – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”. *Cadernos do Arquivo Municipal* 3 (1999), nota 10, p. 26.

⁷² AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *Vestidos para matar*, p. 99; MARTINS, Miguel Gomes – *A arte da guerra*, p. 234. Na *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra* dá-se conta dos ferimentos recebidos por Gomes Garcia em Burguilhos, no ano de 1398, por “hũa lança que lhe foy remessada e falsou lhe hũas solhas que trazia, *per antre lamina e lamiina*”. Em *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*. Ed. Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1991, p. 174. Os conteúdos da supracitada carta de quitação voltam a corroborar esta informação: dos muitos “pedaços de solhas de justa” que o almoxarife Gonçalo Afonso recebeu, foi-lhe descontada “as soma das laminas velhas que nom prestam que foram achadas na bota”. Em MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns*, p. 63.

⁷³ AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *Vestidos para matar*, pp. 96-97; MARTINS, Miguel Gomes – *A arte da guerra*, p. 234.

⁷⁴ Embora uma afirmação como esta requeira uma recolha feita a partir de, essencialmente, toda a documentação do período, a consulta dos volumes publicados das chancelarias de D. Duarte e de D. João I, por exemplo, não revelou quaisquer menções a gibanetes, em qualquer grafia. Esta ausência também se verifica em documentação avulsa sobre armamento da época, como é o caso da procuração para levantamento de armas em Lisboa passada a Vasco Martins, escudeiro de D. Fernando de Meneses (Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro 1º de Místicos de Reis*, doc. 7). Sobre este documento, leia-se MACHADO DE CASTRO, Tiago – “Armas para Ceuta (1420). Contribuição para o estudo do armamento português no início do século XV”. *Cadernos do Arquivo Municipal* 2/4 (2015), pp. 39-63. Mesmo as *Ordenações Afonsinas*, que transcrevem o regimento dos coudéis de D. Duarte e o equipamento requerido dos acontiadados, mantêm a prescrição de solhas para acontiadados em quarenta marcos de prata, sem qualquer actualização da linguagem. Veja-se *Ordenações Afonsinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, lv. I, p. 474.

das várias operações militares do reinado fernandino⁷⁵ e das empreitadas de D. João I em África⁷⁶. Não; o que isto nos indica é que o termo *solhas* seria usado para dois tipos de peça diferente: as solhas antigas (Tipo 1), comparáveis ao *coat of plates*; e as solhas modernas (Tipo 2), comparáveis às *corazzine* italianas/primeiros tipos de *brigandine* (*brigandines* de Tipo 1). A evolução dos armamentos em Portugal acompanha a evolução dos armamentos no estrangeiro, embora a língua não o faça.

Seria, portanto, expectável que, chegados a meados de Quatrocentos, se verificasse a presença de uma nova peça nos nossos arsenais e na nossa língua – das *corazzina/brigandine* de Tipo 1 para as *brigandine* de Tipo 2. E é precisamente isso que a documentação reflecte: um processo de coexistência e posterior suplantação das solhas por uma nova peça – o *gibanete*. A carta de quitação do Arsenal Régio é um documento fulcral neste aspecto: ao aparecer listado em contraste com as solhas, e demarcado também das demais peças em chapa de aço do Arsenal, o singelo “jubanete” da carta parece assinalar o advento desta nova tipologia a Portugal, algures durante o segundo quartel do século. De então para diante, o gibanete impera no nosso país, tal como no resto da Europa, ou assim o espelha a documentação: durante a segunda metade do século XV, foi das peças de armamento mais prescrita e disseminada, como se viu pelos exemplos já dados. São então *gibanetes* – emulando “as roupas cintadas e justas ao corpo dos finais do século XV que foram copiadas pelos mestres armeiros”⁷⁷ – e não solhas, que vemos representados em abundância nas tapeçarias de Pastrana⁷⁸. São gibanetes que

⁷⁵ Recordemos as reformas mandadas fazer por D. Fernando, de acordo com Fernão Lopes: “As armas mandou el-rrei mudar a esta guisa: do cambais mandou que fizessem jaque, e da loriga, cota; e da capelina, barvuda com camalhom; e os que eram bem armados haviam de teer barvuda com seu camalho e estofa e cota e jaque e coxotes e canelleiras franceses e luvas e estoque e daga e grave”. Em LOPES, Fernão - *Crónica de Dom Fernando*. Ed. Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, cap. LXXXVII, p. 305.

⁷⁶ Temos por exemplo notícia da compra de equipamento militar de ponta a Inglaterra, na preparação da expedição para Ceuta. Veja-se SANTOS, Maria Alice Pereira – *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Lisboa: Universidade Aberta, 2015. Tese de Doutoramento, pp. 87-89.

⁷⁷ ARAÚJO, Inês Meira – *As Tapeçarias de Pastrana – Uma Iconografia da Guerra*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012. Dissertação de mestrado, p. 96.

⁷⁸ ARAÚJO, Inês Meira – *As Tapeçarias de Pastrana*, p. 96. Sobre as tapeçarias consulte-se, para além desta obra, IBARRA, Miguel Ángel de Bunest; et al. – *The Invention of Glory: Afonso V and the Pastrana Tapestries*. Madrid: Fundacion Carlos De Amberes, 2011.

vemos ilustrados em grande pormenor nos Painéis de São Vicente (Fig. 6)⁷⁹. É com gibanetes que a guarda pessoal de D. João, tal como os acontiadados do país, estava obrigada a andar regularmente armada⁸⁰.



Fig. 6 – Cavaleiro desconhecido com gibanete de forro exterior em lã ou veludo verde, com cravos (ou nóminas) decorativos. Pormenor de Nuno Gonçalves, *Painéis de São Vicente – Painel do Arcebispo*, c. 1470, óleo sobre madeira. © Museu Nacional de Arte Antiga [Em linha]. [Consultado a 8 de Junho de 2021]. Disponível em <https://artsandculture.google.com/asset/pain%C3%A9is-de-s%C3%A3o-viceite-UAED-QMyK5RGGg>.

⁷⁹ Apenas no painel dito do *Arcebispo*. Sobre os chamados *Painéis de São Vicente de Fora*, leia-se, entre outros, MARKL, Dagoberto – *O Retábulo de S. Vicente da Sé de Lisboa e os Documentos*. Lisboa: Editorial Caminho SA, 1988; SERRÃO, Vítor – “Os Painéis de São Vicente e a ambiência da pintura quatrocentista”. In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Presença, 2002, pp. 279-285.

⁸⁰ “A qual gente [os ginetes da guarda do rei] será armada de gibanete e faldra, e gocetes, e capacete e baberia, as quais armas sempre continuamente consiguo terom onde quer q estiverem”. “Ordenação da Guarda do Rei Nosso Senhor”, em PINTO, Augusto Cardoso – *A Guarda Del Rei*, p. 77.

4 – Solhas, Gibanetes e Couraças

Está, portanto, esclarecido o significado de *gibanete*: equivale, a todos os níveis, ao segundo estágio evolutivo do que a historiografia militar estrangeira designa como *brigandine*.

Como habitual na Idade Média, a necessidade de conjurar uma nova palavra para um novo objecto não obrigou ao abandono imediato de termos anteriores para objectos similares. Embora muito mais raras, as referências a solhas assomam ainda no final do século XV, ocasionalmente em parilha com gibanetes: em carta de 1485, por exemplo, D. João II manda aos seus coudéis do Porto que obriguem os acontiadados da cidade a ter “jubanete ou solhas”⁸¹; no mesmo ano, em Montemor-o-Novo, Álvaro Lopes de Chaves regista o desejo do monarca em adquirir “IIJ corpos de gibanetes” para defesa do reino, mas também “J corpos de solhas com seus mangotes” para uso no mar⁸² – por certo no que deverão ser duas das derradeiras referências documentais a esta tipologia. Compreensível, dada a natural semelhança entre as duas peças, que terão coexistido ainda durante algumas décadas.

Mas há um outro termo, surgido ainda dos últimos anos do século XV, que pode ajudar a cimentar as ideias até agora propostas: refiro-me aqui à *couraça*.

À semelhança do que parece ter sucedido na língua castelhana, com a chegada relativamente tardia do termo *coraza* em substituição de *fojas*⁸³, também a adopção de *couraça* como sinónimo de *gibanete*, de *brigandine* – de, enfim, protecção segmentada do tronco – só se verifica tarde em Portugal, mais concretamente na viragem de Quatrocentos para Quinhentos. Como sabemos serem estas peças equivalentes? Os indícios de que dispomos para as couraças são em tudo semelhantes aos do gibanete, cujo lugar na documentação ocupam quase do dia para a noite. O fenómeno de sinonímia explica facilmente as “muitas couraças com

⁸¹ “Trellado do allvara que ell-Rey mandou aos coudees desta cidade” (*Livro 5 de Atas de Vereação da Câmara do Porto*, fol. 207v). In RIBEIRO, Marco Alexandre - *As Atas de Vereação do Porto de 1485 a 1488. Leitura Paleográfica, Publicação e Estudo Prévio*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. Dissertação de mestrado, p. 293.

⁸² CHAVES, Álvaro de – *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, p. 272. Fica a dúvida sobre qual seria a diferença entre gibanetes e solhas que faria destas últimas melhores para uso em embarcações.

⁸³ RIQUER, Martí de – *L'Arnès*, p. 116.

clauaduras douradas sobre veludo de todas as cores” – *a gibanete by any other name* ... – armazenadas pelo prior de Santa Cruz de Coimbra em 1490⁸⁴; explica a substituição do termo *gibanetes* por *couraças* na *Vida e Feitos d’El-Rey D. João Segundo* por Garcia de Resende: “este ão querendo el-rey que em seus reynos ouvessem muitas armas (...) hum grande numero de *couraças* de muytas sortes (...)”⁸⁵, em clara imitação da passagem de Rui de Pina que já aqui se transcreveu⁸⁶; explica os muitos gibanetes em cartas de quitação manuelinas transmutados em couraças nas suas homólogas passadas pela chancelaria de D. João III⁸⁷. A *couraça* não parece ter perdido completamente a ligação ao couro do seu significado original ducentista – Afonso de Albuquerque assevera, em carta de 23 de Outubro de 1514, que as melhores armas para uso no continente indiano são couraças, “porque [os soldados] as alevantam com hua pouca de cravaçam e hum par de peles”⁸⁸. Esta diferença entre materiais poderia aliás explicar as “quinhentas couraças de Genoa com quinhentos copos pera maar”, avaliadas entre mil e quinhentos e dois mil ducados, que D. Afonso V determinava adquirirem-se nos preparativos da guerra

⁸⁴ VITERBO, Francisco Marques de Sousa - *Artes e Artistas em Portugal*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1892, p. 156. É de salientar o facto de a notícia que Sousa Viterbo transcreve provir da *Chronica da ordem dos conegos regrantes do patriarcha S. Agostinho*, obra dada ao prelo em 1668 pelo padre Dom Nicolao de S. Maria.

⁸⁵ RESENDE, Garcia de - *Vida e Feitos d’El-Rey D. João Segundo*. Ed. Evelina Verdelho. Coimbra: Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007, cap. LVIII, p. 91.

⁸⁶ O alvará de Regimento passado por D. Manuel a D. Nuno Manuel, regimentando a composição de vinte lanças aginetadas da corte, opera a mesma exacta alteração quando confrontado com a regimentação da guarda joanina a que atrás se aludiu: “E ordenamos que as armas, que hão de ter as ditas vinte lanças que lhe assim ordenamos, sejam estas. S. *coiraças*, capacetes, babeiras, espadas ou gocetes, e coxotes, e faldras ou escarcellas, e lanças e adagas, e estas assim limpas, e taes, que sejam”. Em MORAIS, A. Faria de - “Ordenanças e ginetes d’el-Rey”. *Boletim do Arquivo Histórico Militar* 24 [separata] (1954), p. 166.

⁸⁷ Tomemos como exemplo disto o levantamento das cartas de quitação efectuado por Braancamp Freire nos vários volumes do *Arquivo Historico Portuguez*. Por uma questão logística, dado o elevado número de cartas consultadas, indicam-se apenas os seus números de inclusão no *Arquivo*: das 17 cartas que mencionam gibanetes/jubanetes, 15 pertencem à chancelaria manuelina (n^{os} 32, 35, 125, 127, 137, 166, 201, 241, 480, 528, 537, 565, 577, 578 e 601) e outras 2 à joanina (690 e 706) – a mais antiga das quais (n^o 528) passada em 1499 e a mais recente (n^o 706) em 1529. Das 9 que mencionam couraças, 6 pertencem à chancelaria manuelina (16, 19, 123, 523, 553 e 576) e 3 à joanina (703, 722, 768) – a mais antiga das quais (n^o 19) em 1510, e as mais recentes das quais (n^{os} 722 e 768) em 1539. Por ordem numérica, “Cartas de quitação de D. Manuel”. In FREIRE, Anselmo Braamcamp - *Arquivo Historico Portuguez*. Vol. I. Lisboa: Typ. Calçada do Cabra, 1903, pp. 168, 201-202, 207-208, 367-368, 398, 401; II (1904), pp. 35-36, 160, 357; IV (1906), pp. 444-445; V (1907), pp. 79, 156-157, 235-236, 322, 444, 474-476; VI (1908), pp. 79-80; IX (1914), pp. 436, 446-447, 448, 455-456; X (1916), p. 7.

⁸⁸ ALBUQUERQUE, Afonso de - “Carta de 23 de Outubro de 1514”. In BULHÃO PATO, Raymundo Antonio de (dir.) - *Cartas de Affonso de Albuquerque*, t. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1884, cap. LXII, p. 295.

contra Castela⁸⁹ – contrastadas com quinhentos gibanetes com quinhentos capacetes e babeiras, um conjunto total estimado em apenas quinhentos mil reis⁹⁰. Ainda assim, a documentação atesta à mor parte dos forros exteriores destes armamentos ser feita em pano. Tal como com os gibanetes, a necessidade de “cravaçam de coyraças” continua a ser assegurada por artesãos especializados (latoeiros, regra geral)⁹¹, organizados por vezes em centros de produção massificada para servirem todos os cantos do império nascente – como era o caso das taracenas de Santarém⁹².

Sabemos, ademais, que também as couraças têm uma estrutura interna de lâminas de aço: para além das “folhas de laminas pera couraças”⁹³ que figuram em cartas de quitação de D. João III, os *Anais de Arzila*, por exemplo, relatam-nos como a “Afonso da Silva, não lhe valendo couraças, *nem as laminas d'aço de que éráo fortificadas*, que a mortal lança não lançase o ferro da outra parte”⁹⁴, matando-o; ou a forma como a Diogo de Ávila “(...) lhe dérão com um pelouro d'arcabuz que, quebrantando-lhe o couro *ou ãa ou duas laminas das couraças*, ficou amassado (...)”⁹⁵. A parecença com o gibão civil também se mantém: veja-se o retrato de Afonso de Albuquerque⁹⁶; a

⁸⁹ CHAVES, Álvaro de – *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, pp. 54-55.

⁹⁰ CHAVES, Álvaro de – *Livro de Apontamentos (1438-1489)*, p. 56.

⁹¹ Entre as cartas recolhidas por Sousa Viterbo em VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *A armaria em Portugal*, encontramos o exemplo de João Dias, “latoeiro de armaria e de cravação de couraças” em 1520 (p. 57), actividades cujo neto João Lopes ainda mantém em 1570 (p. 109). A existência de fabricantes especializados de defesas segmentadas é uma constante desde o século XIII, em toda a Europa. Veja-se a título de exemplo RIQUER, Martí de – *L'Arnès*, p. 105; VIGNOLA, Marco – *Armature e armorari nella Milano*, p. 80; MOFFETT, Randall – “Military Equipment in Fourteenth to Fifteenth Century Southampton”. In BELL, Adrian; CURRY, Anne (eds) – *Soldiers, Weapons and Armies in the Fifteenth Century*. Suffolk: Boydell & Brewer Ltd, 2011, p. 198.

⁹² “(...) o latão transitava de Lisboa para Santarém, como o comprova uma remessa de 4 quintais desta liga em cobre, em 1513. Note-se que a armaria santarena se especializou na fabricação de gibanetes, cravos de latão mais ou menos dourados consoante os clientes, e fivelas, de que fornecia a Coroa, entre outras casas”. Em CANDEIAS, António *et al.* – “Contributo das Ciências para a Caracterização Material e Tecnológica do Foral Manuelino de Cascais”. In HENRIQUES, João Miguel (coord.) – *500 Anos do Foral Manuelino de Cascais: 1514-2014*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2014, p. 181.

⁹³ Como por exemplo a “Quitação de compra de armas a Ruy de França, em 1529” (Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João III, Doações*, lv. 17, fol. 93. In VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *A armaria em Portugal*, p. 23).

⁹⁴ RODRIGUES, Bernardo – *Anais de Arzila*, 1. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, cap. X, p. 47.

⁹⁵ RODRIGUES, Bernardo – *Anais de Arzila*, 2. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, cap. XXXIV, p. 83.

⁹⁶ No frontispício do manuscrito do *Livro Segundo das Lendas da Índia de Gaspar Correia*. Em Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro Segundo das Lendas da Índia de Gaspar Correia*, Códices e documentos de proveniência desconhecida, 41.

couraça dourada, com escarcelas, no retrato de D. João de Castro⁹⁷, ou os guerreiros encouraçados nas tapeçarias que glorificam os seus feitos⁹⁸.

Menos clara é a confusão entre gibanetes e couraças num relato anónimo da partida do exército português para Marrocos, em 1578: “Não houve homem fidalgo que não comprasse muitos corpos d'armas muito lustrosos (...) couraças de laminas cobertas de velludo e setim de todas as côres com tachas d'ouro e prata, muitas saias de malha, e gibanetes (...)”⁹⁹. Marcar-se-ia aqui alguma pequena distinção tipológica entre as couraças quinhentistas e os velhos gibanetes quatrocentistas, que não os materiais? É possível¹⁰⁰, mas no geral pouco provável à luz dos anteriores exemplos, que não assinalam diferenças entre *gibanetes* e *couraças* na viragem do século. Salvo as excepções apontadas (uma delas, ressalve-se, muito tardia), onde ocorre um, não se usa o outro (ao contrário do que se verificou com solhas e gibanetes). A permutação do termo, levada a cabo por razões que o tempo tratou de encobrir¹⁰¹, não parece ter tido qualquer reflexo material.

Como se pode verificar pela seguinte Tabela 1, elaborada a partir dos dados recolhidos neste ensaio, a forma como diferentes documentos históricos usam nomenclaturas distintas para se referirem aos mesmos objectos não se presta às definições precisas e estanques que se querem dos vocábulos no moderno estudo

⁹⁷ O retrato a que se faz referência é uma ilustração no *Livro de Lisuarte de Abreu*. Nova Iorque, Biblioteca Pierpont Morgan, MS M.525.

⁹⁸ Como por exemplo na tapeçaria “Entrada triunfal de D. João de Castro em Goa” (n.º inv. T XXII 10), 1555-1560. Kunsthistorisches Museum Wien, Kunstammer. Sem dúvida as “couras” que D. João de Castro prescreve aos seus homens como principal defesa do corpo. Em CASTRO, João de – “Apontamentos enviados por D. João de Castro a D. João Mascarenhas”. In SANCEAU, Elaine (ed.) – *Cartas de D. João de Castro*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955, p. 133. Sobre este monumental conjunto de tapeçarias, veja-se COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES – *Tapeçarias de D. João de Castro*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1995.

⁹⁹ Veja-se HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*, t. 6. Lisboa: Viúva Bertrand & C.ª, Sucessores Carvalho e C.ª, 1884, p. 108.

¹⁰⁰ Apesar de tudo, entre meados e finais do século XVI, este tipo de protecções altera-se novamente em consonância com as mudanças no gibão civil: para além de se complementarem estas protecções com colarinhos, braços e escarcelas, a dimensão das placas viria a reduzir-se ainda mais. Veja-se BLAIR, Claude – *European Armour*, p. 139; as três peças no Metropolitan Museum of Art em New York, feitas entre 1540-1550, com os números de inventário 14.25.1529, 14.25.1532, 14.25.1531; ou a peça número 1977-167-239a,b do Philadelphia Museum of Art, datada entre 1570-1580.

¹⁰¹ O termo “couraça” viria também ele a sofrer uma alteração de sentido: Em Portugal, como noutros países, acabou por vir a designar qualquer peça de protecção do tronco em chapa inteiriça, com peito e espaldar, até hoje.

da História. Assim se explica a confusão lexicográfica e historiográfica que perdura há anos em relação aos gibanetes.

Tip. Protecção Segmentada	Delimit. Cronológica (Uso Atestado em Portugal)	Delimit. Cronológica (Uso Atestado do Termo)	Características Gerais	Corresp. Peças Estrangeiras
Solhas [Tipo 1]	finais séc. XIII (?) – finais séc. XIV (?)	finais séc. XIII (?) – – últ. quartel séc. XV	<ul style="list-style-type: none"> – Formato tubular pouco justo ao tronco – Forro exterior de tecido ou couro – Fechadas nas costas ou na lateral <ul style="list-style-type: none"> – Poucas lâminas metálicas – Lâminas de grande dimensão dispostas na vertical ou na horizontal – Cravos grandes em número reduzido 	<i>coat of plates</i> (Ing.)/ <i>fojas</i> (Cas.)
Solhas [Tipo 2]	finais séc. XIV (?) – últ. quartel séc. XV		<ul style="list-style-type: none"> – Formato algo justo ao tronco – Forro exterior de tecido ou couro – Fechadas nas costas, na lateral, ou à frente <ul style="list-style-type: none"> – Algumas lâminas metálicas – Lâminas de dimensão média, dispostas de acordo com principais pontos anatómicos – Cravos grandes em algum número 	<i>brigandine</i> [Tipo 1] (Ing.; Fr.)/ <i>corazzina</i> (It.)/ <i>fojas</i> (?) (Cas.)/ <i>coraza</i> (Cas.)
Gibanete	meados séc. XV – finais séc. XVII (?)	2º quartel séc. XV – finais séc. XVI (?)	<ul style="list-style-type: none"> – Formato cintado e justo ao tronco – Forro exterior de tecido ou couro – Fechadas à frente 	<i>brigandine</i> [Tipo 2] (Ing.; Fr.)/ <i>brigantina</i> (It.)
Couraça	meados séc. XV – finais séc. XVII (?)	finais séc. XV – ?	<ul style="list-style-type: none"> – Grande quantidade de lâminas metálicas – Lâminas de dimensão muito reduzida – Cravos pequenos em grande número 	

Tabela 1 – Sistematização das tipologias de protecção segmentada em Portugal, com destaque para os gibanetes.

5 – Conclusão

Reiterando: até ao presente, a historiografia militar portuguesa tem olvidado o termo *gibanete* quase por completo, abordando as solhas como sinónimo de couraça e de *brigandine* em simultâneo¹⁰². Este trinómio resultou de uma transplantação para a historiografia portuguesa da equiparação entre *foja* e *coraza* estabelecida por Martí de Riquer, a que já se fez referência – prática que a documentação tardo-medieval e moderna portuguesa infelizmente não sustenta. Não só porque solhas podem corresponder tanto a *coats of plates* como a *brigandines*, mas porque também um gibanete ou uma couraça, na documentação da época, correspondem a uma *brigandine* – sem, no entanto, corresponderem às solhas. Estamos aqui perante o mesmo exacto processo de inexactidão lexicográfica que se apontou no início deste ensaio: sem que nenhuma das definições apresentadas esteja totalmente errada, nenhuma se encontra correcta por inteiro. Uma situação nada facilitada, abone-se, pela quase total ausência de vestígios arqueológicos destas peças¹⁰³.

Repare-se que estes problemas de sistematização não são exclusivos de Portugal. Ainda hoje existe alguma dificuldade, mesmo entre peritos, em assentar concretamente as fronteiras dos termos *corazzina* ou *brigandine*¹⁰⁴, por exemplo – uma dificuldade parcialmente baseada na dificuldade em conciliar as diversas designações que diferentes línguas e culturas aplicam ao mesmo objecto. Para o caso português, no entanto, espera-se que este trabalho venha ajudar a solucionar uma das grandes incógnitas do estudo do armamento quatrocentista. Apenas devidamente esclarecidos sobre que peça é um gibanete podemos estudar com

¹⁰² BARROCA, Mário Jorge – “Armamento medieval português: notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs”. In BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coords.) – *Pera Guerrejar – Armamento Medieval no Espaço Português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp. 59-60; MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal*, pp. 537-538; ARAÚJO, Inês Meira – *As Tapeçarias de Pastrana*, pp. 96-97.

¹⁰³ Excepção feita aos poucos fragmentos de gibanetes achados em Aguiar da Pena e em Machico. Veja-se, respectivamente, BARROCA, Mário Jorge; MORAIS, António J. Cardoso – “A Terra e o Castelo – Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena”. *Portugália Nova Série 6* (1985), p. 75 e SOUSA, Elvino Duarte Martins – *Ilhas de Arqueologia. O Quotidiano e a Civilização Material na Madeira e nos Açores (Séculos XV-XVIII)*. Vol. I. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001. Tese de Doutoramento, p. 510. Notícia há também de fragmentos semelhantes em depósito arqueológico em vários pontos do país (Montemor-o-Novo, por exemplo), sem qualquer estudo feito até ao momento.

¹⁰⁴ Basta ver o processo de consolidação, ainda em curso, das definições deste tipo de protecções na historiografia militar italiana, e. g. em SCALINI, Mario – “Corazzine e bacinetti”, p. 385 e VIGNOLA, Marco – *Armature e armorari nella Milano*, pp. 137-143.

confiança quem os produz, em que condições se desenrola esse processo de fabrico, que tipo de mercados existem para o gibanete-produto e quais as condições ou implicações socioeconómicas para quem o produz e para quem o adquire. Para além do mais, este conhecimento abre-nos uma série de outras questões: o que levou à cunhagem de um termo totalmente autóctone para este tipo de peças¹⁰⁵, em detrimento da adopção de termos estrangeiros (como a maior parte do continente parece ter feito)? Traduzir-se-ia o termo nalguma especificidade portuguesa deste tipo de protecções? Se sim, qual? Estas e outras questões que foram aflorando ao longo desta pesquisa poderão conduzir a novas e produtivas linhas de investigação.

Da mesma forma que não se faz mais aqui do que redescobrir e reenquadrar o significado de termos antigos, também esta associação entre *brigandine* e gibanete não é uma completa novidade: David Corazzi, no seu *Armaria* de 1885, teoriza sobre “a brigantina ou brigandina (de origem italiana), a qual nos parece corresponder ao jubanete que Ruy de Pina nos diz ter sido incommendado do estrangeiro para Portugal por D. João II, para armamento da sua cavallaria ligeira ou geneta e das guardas de corpo”, a que se segue uma descrição em tudo coincidente com a peça que já aqui se apresentou¹⁰⁶. À falta de sistematização, e à falta de documentação auxiliar que atestasse um uso correcto do termo, caiu também esta ideia de David Corazzi no esquecimento – pelo menos, até hoje.

¹⁰⁵ Não descurando a proximidade do termo “jubete”, similar na sua origem sem, no entanto, se referir a este tipo de peças.

¹⁰⁶ Em CORAZZI, David – *Armaria*. Bibliotheca do Povo e das Escolas, n. 102. Rio de Janeiro: Imprensa Horas Românticas, 1885, pp. 31-32. Apesar de ser fruto da época em que foi produzido e se encontrar fortemente desactualizado, o pequeno volume editado por Corazzi é notável pela acuidade de algumas das suas afirmações. Sobre as edições de David Corazzi e da colecção “Bibliotheca do Povo e das Escolas” em Portugal e no Brasil veja-se NABO, Olímpia de Jesus de Bastos Mourato – *Educação e Difusão da Ciência em Portugal: A “bibliotheca do povo e das escolas” no contexto das edições populares do século XIX*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre/Escola Superior de Educação de Portalegre, 2012. Dissertação de Mestrado. Esta definição de gibanete foi, de resto, adoptada por Afonso de Dornelas, também sem qualquer impacto historiográfico – veja-se DORNELAS, Afonso de – “A Tapeçaria da Ocupação de Tanger”. *Elucidário nobiliarchico* I/ 4(1928), p. 132.

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas

Lisboa, Torre do Tombo, *Contos do Reino e da Casa, Núcleo Antigo*, 798.

Fontes impressas

ALBUQUERQUE, Afonso de – “Carta de 23 de Outubro de 1514”. In BULHÃO PATO, Raymundo Antonio de (dir.) – *Cartas de Affonso de Albuquerque*, t. I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1884, cap. LXII, pp. 295-296.

BARROS E SOUSA, Manuel Francisco de – *Memórias e Alguns Documentos para a História e Teoria das Côrtes Geraes*. Lisboa: Imprensa Regia, 1827.

“Carta de quitação a Gonçalo Afonso, almoxarife do armazém da cidade de Lisboa, do que recebeu e despendeu entre 1 de Janeiro de 1438 e 1 de Janeiro de 1448” - Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 15, fol. 26v-29. In MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns nos Finais da Idade Média*. Viseu: Palimage Editores, 2001, pp. 61-80.

CASTRO, João de – “Apontamentos enviados por D. João de Castro a D. João Mascarenhas”. In SANCEAU, Elaine (ed.) - *Cartas de D. João de Castro*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar – Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955, pp. 130-136.

Chancelarias Portuguesas: D. Duarte. Dir. António H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1999-2002.

Chancelarias Portuguesas: D. João I. Dir. João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2005.

CHAVES, Álvaro de – *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Ed. Anastásia Mestrinho Salgado; Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.

COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES – *Tapeçarias de D. João de Castro*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1995.

Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra. Ed. Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1991.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – “Cartas de Quitação del Rei D. Manuel”. *Archivo Historico Portuguez* I (1903), n.º 16, p. 168; n.º 19, pp. 201-202; n.º 32, p. 207; n.º 35, p. 208; n.º 123, pp. 367-368; n.º 125, p. 368; n.º 127, p. 398; n.º 137, p. 401; II (1904), n.º 166, pp. 35-36; n.º 201, p. 160; n.º 241, p.357; IV (1907), n.º 480, pp. 444-445; V (1907), n.º 523, p. 79; n.º 528, pp. 156-157; n.º 537, pp. 235-236; n.º 553, p. 322; n.º 565, p. 444; n.º576, pp. 474-475; n.º577, p. 475; n.º 578, pp. 475-476; VI

(1908), n.º 601, pp. 79-80; IX (1914), n.º 690, p. 436; n.º 703, pp. 446-447; n.º 706, p. 448; n.º 722, pp. 455-456; X (1916), n.º 768, p. 7.

GÓIS, Damião de – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Braga: Edições Vercial, 2014.

Ordenações Afonsinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

“Ordenação da Guarda do Rei Nosso Senhor”. In PINTO, Augusto Cardoso – *A Guarda del Rei Dom João II – Notas e Documentos para a História das Guardas Reais Portuguesas*. Lisboa: Centro Tipografico Colonial, 1930, pp. 77-78.

PINA, Rui de – *Crónica de D. João II*. Ed. de Luís de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

“Regimt.º de Dõ n.º da gente da ordenança e das XX lanças”. In MORAIS, A. Faria de – “Ordenanças e ginetes d'el-Rey”. *Boletim do Arquivo Histórico Militar* 24 [separata] (1954), pp. 162-169.

RESENDE, Garcia de – *Vida e Feitos d'El-Rey D. João Segundo*. Ed. Evelina Verdelho. Coimbra: Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.

RIBEIRO, João Pedro – *Indice Chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no archivo da illustrissima camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1951.

RODRIGUES, Bernardo – *Anais de Arzila*. Vols. I e II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

“Trellado do allvara que ell-Rey mandou aos coudees desta cidade” (*Livro 5 de Atas de Vereação da Câmara do Porto*, fol. 207v). In RIBEIRO, Marco Alexandre – *As Atas de Vereação do Porto de 1485 a 1488. Leitura Paleográfica, Publicação e Estudo Prévio*. Porto: Universidade do Porto, 2019. Dissertação de Mestrado, pp. 293-294.

ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica de D. Duarte de Meneses*. Braga: Edições Vercial, 2012.

Dicionários & obras de referência geral

ALVES, José Adalberto Coelho (dir.) – *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Alfragide: LeYa, 2014.

BLUTEAU, Raphael (dir.) – *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1721.

BLUTEAU, Raphael (dir.) – *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Vol. I. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

COVARRUBIAS Y OROZCO, Sebastián de (dir.) – *Tesoro de la lengua castellana, o española*. Madrid: Luis Sanchez, 1611.

Diccionario de la lengua española. 5ª ed. Real Academia Española. Madrid: Imprenta Real, 1817.

Diccionario de la lengua española. 12ª ed. Real Academia Española. Madrid: Imprenta de D. Gregorio Hernando, 1884.

Diccionario de la lengua española [Em linha]. 22ª ed. Madrid: Real Academia Española, 2001. [Consultado a 20 Outubro 2020]. Disponível em <https://www.rae.es/drae2001/>.

Diccionario de la lengua española [Em linha]. 24ª ed. Real. Madrid: Real Academia Española, 2009. [Consultado a 20 Outubro 2020]. Disponível em <https://dle.rae.es/>.

FARIA, Eduardo Augusto de (dir.) – *Novo dicionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia lisbonense, 1849.

FIGUEIREDO, Cândido de (dir.) – *Nôvo Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

LEGUINA, Enrique de (dir.) – *Glosario de voces de armería*. Madrid: Librería de Felipe Rodríguez, 1912.

LÍBANO ZUMALACÁRREGUI, Angeles; SESMA MUÑOZ, José Ángel – *Léxico del comercio medieval en Aragón (siglo XV)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1982.

SILVA, Antonio de Moraes; VELHO, Theotonio José de Oliveira (dir.) – *Diccionario da Língua Portuguesa*. Vol. II. Lisboa: Impressão Régia, 1831.

VITERBO, Joaquim Santa Rosa de – *Elucidario das palavras, termos e phrazes, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram*. Vol. 2. Lisboa: Typographia Regia Silviana, 1798.

Estudos

AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões – *Vestidos para matar: o armamento de guerra na cronística portuguesa de quatrocentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

ARAÚJO, Inês Meira – *As Tapeçarias de Pastrana – Uma Iconografia da Guerra*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012. Dissertação de Mestrado.

BARROCA, Mário Jorge; MORAIS, António J. Cardoso – “A Terra e o Castelo – Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena”. *Portugália. Nova Série* 6 (1985), pp. 35-126.

BARROCA, Mário Jorge; MONTEIRO, João Gouveia (coords.) – *Pera Guerrejar – Armamento Medieval no Espaço Português*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp. 37-76.

BLAIR, Claude – *European Armour: circa 1066 to 1700*. 2^a ed. London: B. T. Batsford Ltd., 1972.

BOCCIA, Lionello Giorgio – *L'armeria del Museo Civico Medievale di Bologna*. Busto Arsizio: Bramante Editrice, 1991.

CANDEIAS, António; *et al.* (2014) – “Contributo das Ciências para a Caracterização Material e Tecnológica do Foral Manuelino de Cascais”. In HENRIQUES, João Miguel (coord.) – *500 Anos do Foral Manuelino de Cascais:1514-2014*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2014, pp. 152-185.

CAPWELL, Tobias – *Arms and Armour of the Medieval Joust*. Leeds: Royal Armouries Museum, 2018.

CARVALHAL, Hélder; SÁ, Isabel dos Guimarães – “The world of constable D. Afonso (c. 1480-1504): glimpses of Portuguese dynastic politics, noble household and material culture”. *Portuguese Studies Review* 21/1 (2013), pp. 153-171.

CARVALHAL, Hélder; SÁ, Isabel dos Guimarães – “Knightly Masculinity, Court Games and Material Culture in Late-medieval Portugal: The Case of Constable Afonso (c.1480–1504)”. *Gender & History* 28/2 (2016), pp. 387-400.

CONCEIÇÃO, Cristina; VENTURA, João – “Visitações da Ordem de Santiago a Sesimbra (1488-1492)”. *Akra Barbarion* 4 (2020), pp. 51-65.

CORAZZI, David – *Armaria*. Bibliotheca do Povo e das Escolas, n. 102. Rio de Janeiro: Imprensa Horas Românticas, 1885.

DIAS, Diogo José Teixeira – *As Cortes de Coimbra e Évora de 1472-73 - Subsídios para o estudo da política parlamentar portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Dissertação de Mestrado.

DOWEN, Keith – “The Introduction and Development of Plate Armour in Medieval Western Europe c. 1250-1350”. *Fasciculi Archaeologiae Historicae* XXX (2017), pp. 19-28.

DORNELAS, Afonso de – “A Tapeçaria da Ocupação de Tanger”. *Elucidário nobiliarchico* I/ 4 (1928), pp. 128-132.

FERREIRA, Sérgio – *Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: Universidade do Porto, 2007. Dissertação de Mestrado.

FIGUEIREDO, José de – *O Pintor Nuno Gonçalves*. Lisboa: Typ. do Anuário Commercial, 1910.

GLINIANOWICZ, Marcin – “The Brigandine From The Polish Army Museum In Warsaw – Some Thoughts About Its Provenance And Chronology”. In MAREK, Lech

(ed.) – *Weapons bring peace? Warfare in medieval and early modern Europe*. Wrocław: Wratislavia antiqua, 2013, pp. 157-170.

GOLL, Matthias – *Iron Documents: Interdisciplinary studies on the technology of late medieval European plate armour production between 1350 and 1500*. Heidelberg: Universitätsbibliothek Heidelberg, 2013. Tese de Doutoramento.

HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*. T. 6. Lisboa: Viúva Bertrand & C.^ª, Sucessores Carvalho e C.^ª, 1884.

IBARRA, Miguel Ángel de Bunes; *et al.* – *The Invention of Glory: Afonso V and the Pastrana Tapestries*. Madrid: Fundacion Carlos De Amberes, 2011.

LACY, Michael S. – *The Development of the Coat of Plates: The Evolution of Cloth-covered Armour, 1250-1500*. S.l.: Society for Creative Anachronism, 1993.

LA ROCCA, Donald J. – *How to Read European Armor*. New York: Metropolitan Museum of Art, 2017.

MACHADO DE CASTRO, Tiago – “Armas para Ceuta (1420). Contribuição para o estudo do armamento português no início do século XV”. *Cadernos do Arquivo Municipal* 4 (2015), pp. 39-63.

MARQUES, António H. de Oliveira – “A Arte da Guerra”. In MARQUES, António H. R. de Oliveira – *Nova História de Portugal*. Vol. IV. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Dir. António H. de Oliveira e Joel Serrão. Lisboa: Editorial Presença, 1987, pp. 335-364.

MARQUES, António H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa – Aspectos do Quotidiano*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

MARTÍNEZ DEL ROMERO, Antonio – “Glosario compuesto de varias palabras cuya explicación es necessária para la intelijencia del Catálogo”. In MARCHESI, Jose Maria (ed.) – *Catálogo de la Real Armería*. Madrid: Aguado, 1849, pp. 200-300.

MARTINS, Miguel Gomes – “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”. *Cadernos do Arquivo Municipal* 3 (1999), pp. 10-60.

MARTINS, Miguel Gomes – *A arte da guerra em Portugal: 1245 a 1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

MENDONZA ABREU, Josefa Maria – “Estudio léxico de un documento medieval castellano ordenamiento de trabajos y precios”. *Philologia hispalensis* 4/2 (1989), pp. 523-537.

MOFFETT, Randall – “Military Equipment in Fourteenth to Fifteenth Century Southampton”. In BELL, Adrian; CURRY, Anne (eds.) – *Soldiers, Weapons and Armies in the Fifteenth Century*. Suffolk: Boydell & Brewer Ltd., 2011, pp. 167-200.

MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

MONTEIRO, João Gouveia – *Armeiros e Armazéns nos Finais da Idade Média*. Viseu: Palimage Editores, 2001.

NABO, Olímpia de Jesus de Bastos Mourato – *Educação e Difusão da Ciência em Portugal: A “bibliotheca do povo e das escolas” no contexto das edições populares do século XIX*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre/Escola Superior de Educação de Portalegre, 2012. Dissertação de Mestrado.

PRICE, Brian R. – *Techniques of Medieval Armour Reproduction*. Boulder: Paladin Press, 2000.

REED, Susan D. – *15th Century Men’s Doublets: An Overview* [Em linha]. 27 de Julho de 2004. [Consultado a 20 Outubro de 2020]. Disponível em <http://www.nachtanz.org/SReed/doublets.html>.

RIQUER, Martí de – *L’Arnès del Cavaller*. Barcelona: La Magrana, 2011.

SANTOS, Maria Alice Pereira – *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Lisboa: Universidade Aberta, 2015. Tese de Doutoramento.

SCALINI, Mario – “Corazzine e bacinetti dalla Rocca di Campiglia”. In BIANCHI, Giovanna (ed.) – *Campiglia. Un castello e il suo territorio*. Firenze: All’Insegna del Giglio s.a.s., 2003, pp. 382–396.

SERRÃO, Vítor – “Os Painéis de São Vicente e a ambiência da pintura quatrocentista”. In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Presença, 2002, pp. 279-285.

SIMÕES, José de Oliveira – *As Armas nos Lusíadas*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

SOUSA, Élvio Duarte Martins – *Ilhas de Arqueologia. O Quotidiano e a Civilização Material na Madeira e nos Açores (Séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2001. Tese de Doutoramento.

THORDEMAN, Bengt – *Armour from the Battle of Wisby, 1361*. Wheaton: The Chivalry Bookshelf, 2001.

VIGNOLA, Marco – “Armamenti corazzati e archeologia: spunti per uno studio interdisciplinare. Il caso dell’Italia e dei contesti friulani”. *Quaderni Cividalesi* 30 (2008), pp. 136-161.

VIGNOLA, Marco – *Armature e armorari nella Milano medievale: storia di famiglie, signa, magli e acciaio*. Alessandria: Edizioni dell’Orso, 2017.

VISCOUNT DILLON; HOPE, William St. John – “Inventory of the Goods and Chattels belonging to Thomas, Duke of Gloucester, and Seized in his Castle at Pleshy, Co. Essex, 21 Richard II. (1397); with their Values, as shown in the Escheator’s Accounts”. *The Archaeological Journal* 54 (1897), pp. 275-308.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *Artes e Artistas em Portugal*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1892.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *A armaria em Portugal: noticia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1907.

WILLIAMS, Alan – *The Knight and the Blast Furnace: A History of the Metallurgy of Armour in the Middle Ages & the Early Modern Period*. Leiden: Brill, 2003.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

OLIVEIRA, António Conduto – “‘Uma peça muito preciosa de significado ainda desconhecido’: Decifrar o termo gibanete”. *Medievalista* 31 (Janeiro – Junho 2022), pp. 317-350. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).